

Editorial

É com grande satisfação que apresentamos os artigos que compõem este número da *Revista Sequência – Estudos Jurídicos e Políticos*, não apenas pelos aportes críticos que impulsionam a pesquisa jurídica, mas também pela recente reclassificação da Revista Sequência pelo *Comitê Qualis Periódicos* para o estrato A1, comemoramos o reconhecimento de um trabalho que tem sido feito nos últimos anos de internacionalização da revista, bem como um esforço contínuo no sentido de trazer artigos científicos originais e importantes para a área.

Consoante com a nossa proposta que privilegia a interdisciplinaridade sem, no entanto, se afastar das linhas de pesquisa do Programa da Pós-graduação *stricto sensu* em Direito da UFSC, trazemos à comunidade jurídica 11 artigos críticos e reflexivos, percorrendo diversas áreas do direito, na área de concentração Direito, Estado e Sociedade.

O primeiro, um aporte internacional de Roberto Virzo – da University of Florida nos Estados Unidos, e da Università degli Studi del Sanio na Itália – nos traz uma reflexão sobre direito internacional acerca das tendências recentes de competência dos Estados costeiros relativa à segurança da navegação marítima.

O segundo artigo, também internacional, vem de Mila Versteeg – da University of Virginia nos Estados Unidos – que discute as políticas das cláusulas expropriatórias de um governo em relação à proteção constitucional da propriedade privada.

A terceira contribuição é de Carlos Eduardo de Abreu Boucault – da Fundação Armando Álvares Penteado – que traz uma análise da

recepção da “teoria pura” de Hans Kelsen na América do Sul, particularmente no Brasil.

Em seguida apresentamos o trabalho de Katya Kozicki e Eduardo Borges Araújo – respectivamente, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e da Universidade de Brasília, DF – que analisa criticamente as características do modelo brasileiro de controle de constitucionalidade, discutindo o alegado protagonismo do Supremo Tribunal Federal e apostando no diálogo institucional entre os poderes na interpretação constitucional.

O quinto aporte vem de André Luiz Olivier da Silva – da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – que discute a fundamentação dos direitos humanos nas doutrinas de direitos naturais que, por sua vez, apelam a um estado individual e anterior à vida em sociedade para justificar direitos que não estão positivados em lei.

A seguir, Ana Maria D’Ávila Lopes – da Universidade de Fortaleza – analisa, a partir do atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, os alcances e as possibilidades do direito de saída no contexto do multiculturalismo.

Contamos também com o artigo de Lucas Moraes Martins – do Centro Universitário Una e da Universidade FUMEC – que apresenta, a partir da obra de Giorgio Agamben, o conceito de *campo* (estado de exceção permanente) e como ele foi um absoluto espaço biopolítico.

No oitavo artigo, Melina de Souza Rocha Lukic – da Fundação Getúlio Vargas – demonstra que, a partir do segundo mandato de Lula, a orientação da política fiscal e tributária do Brasil se voltou para a competitividade internacional e o desenvolvimento do país.

No trabalho seguinte, Kerton Nascimento e Costa e Zaiden Geraige Neto – ambos da Universidade de Ribeirão Preto – analisam a eficácia do Código de Defesa do Consumidor diante do tratamento diferenciado aos consumidores na fase pós-venda, por parte dos serviços de atendimento ao consumidor.

Trouxemos, ainda, a contribuição de Paulo Márcio Cruz e Gabriel Real Ferrer – respectivamente, da Universidade do Vale do Itajaí e da

Universidade de Alicante na Espanha – que aborda a premissa tecnológica da sustentabilidade, fundamental para o seu sucesso e como ampliação de seus fundamentos.

Por fim, o último artigo desta edição traz as reflexões de Aline Beltrame de Moura, da Universidade Federal de Santa Catarina e do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina, que reflete o uso político e econômico do instituto jurídico da nacionalidade no caso da “naturalização de massa” na Romênia e da “venda” da nacionalidade de estados-membros da União Europeia.

Esperamos que os aportes, sob a forma de artigos, trazidos neste número sirvam para fomentar o debate jurídico e enriquecer a pesquisa científica no direito.

Agradecemos aos pesquisadores, aos professores por suas contribuições e a todos que colaboraram para a realização deste número.

Luiz Henrique Urquhart Cademartori
Editor-Chefe

Priscilla Camargo Santos
Editora-Assistente

